

38° Encontro Anual da ANPOCS

27 a 31 de outubro de 2014
Caxambu, MG – Hotel Glória

GT13: Elites e espaços de poder

As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma.

Mariana Rocha Sabença
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
mariana_sabença@hotmail.com

1. Introdução

O presente trabalho é oriundo de uma pesquisa de inserida em um projeto mais amplo – financiado pela FAPESP – que é o Projeto Temático intitulado *Política e classes sociais no capitalismo neoliberal*. Tal Projeto Temático integra professores e estudantes das três universidades públicas paulistas. O seu tema geral são as relações e os conflitos de classe no modelo capitalista neoliberal implantado no Brasil a partir da década de 1990 e o seu enfoque teórico consiste em vincular o processo e as instituições políticas àquelas relações e àqueles conflitos. Esse grande projeto contempla pesquisas referentes à classe dominante, às classes médias, ao campesinato e aos assalariados urbanos. Cada uma dessas classes é considerada em suas diferentes frações e camadas – as frações da burguesia e da classe média, as camadas do campesinato e do operariado – e também na condição política em que cada uma se apresenta no período histórico presente – se como força social distinta e mobilizada ou como base política passiva de um determinado campo político etc.

O nosso trabalho individual se ocupa da classe dominante. Aqui, o que interessa é analisar a relação da política econômica e social do Estado brasileiro no período de vigência do modelo capitalista neoliberal com a burguesia, levando em conta a diferenciação de interesses entre as frações da classe burguesa. Para contribuir para essa temática, nossa pesquisa se incumbiu de fazer um levantamento empírico da avaliação que um setor específico da grande burguesia brasileira – as grandes empreiteiras do setor da construção pesada – faz das principais medidas de política econômica e social do Estado brasileiro durante os governos Lula e Dilma.

As grandes empreiteiras da construção pesada são consideradas empresas que integram isso que estamos denominando de grande burguesia interna, que é um setor da burguesia que procura, em concorrência com o capital financeiro internacional, manter e fortalecer a sua posição na economia brasileira e que, para isso, conta com medidas e iniciativas do Estado brasileiro: preferência nas compras e licitações públicas, financiamento a juro subsidiado pelo BNDES, taxa de câmbio favorável e outras.

Para a construção pesada, algumas políticas governamentais são particularmente importantes: a disposição do governo para investir em obras públicas, a política de juros, a política creditícia do BNDES, as normas relativas à licitação de obras públicas e o apoio do Estado brasileiro para as grandes construtoras nacionais que disputam obtenção de obras em outros países da América Latina, da África e do Oriente Médio.

Acredita-se que o desenvolvimento das grandes empreiteiras do setor da construção pesada pode ser relacionado à trajetória trilhada pelo modelo neoliberal no Brasil, já que a construção pesada foi um dos setores mais deteriorados por tal modelo a partir dos anos 1990, sendo que com a ascensão do governo Lula, se viu como um dos setores mais beneficiados pelas políticas de incentivo à produção industrial local. Nesse sentido, nosso trabalho visa analisar os impactos desse novo modelo de capitalismo neoliberal dentro do setor da construção pesada, em que pese o maior investimento estatal nas áreas de infraestrutura.

2. Fontes e Métodos

Para o desenvolvimento deste trabalho nos servimos primordialmente de fontes primárias, pois pensamos ser de maior confiabilidade para a análise do pensamento e das ações do empresariado do setor da construção pesada. Como primeira etapa desta pesquisa, realizamos levantamentos das associações empresariais – organizações sindicais patronais e associações civis. Em seguida, efetuamos levantamentos e análises dos documentos produzidos por essas entidades corporativas – tais como de notas públicas, relatórios acerca do desempenho do setor representado, artigos produzidos pelas associações e publicados *on line*, etc. Escolhemos a associação que julgamos ser a mais representativa, no caso a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB), nos baseando em um critério de representatividade (volumes de empresas de grande porte filiadas). A coleta dessa documentação tornou possível investigarmos melhor as concepções, reivindicações, propostas políticas e os métodos de luta de tais entidades. Essa documentação encontra-se disponível *on line* nos sites mantidos por essas associações. Utilizamos ainda o material *on line* disponível nas páginas eletrônicas dos órgãos governamentais para averiguar as medidas protecionistas do governo para o segmento. Posteriormente, elencamos as quinze maiores construtoras do segmento e investigamos se elas possuíam capital internacional.

Como fonte secundária, consultamos a grande imprensa para averiguar o conflito/disputa pelos financiamentos públicos entre essas grandes construtoras nacionais e as construtoras estrangeiras e fizemos também um balanço da opinião dos editorialistas e jornalistas econômicos do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a política econômica do governo Dilma com o intuito de verificar se existe ou não uma unidade no interior da burguesia sobre tais medidas.

3. Referencial Teórico

Adotamos aqui – como referência principal para os estudos sobre as classes dominantes – os conceitos desenvolvidos por Nicos Poulantzas (1977) que são basicamente os de *bloco no poder*, *fração de classe* e *burguesia interna*.

Primeiramente, antes de explicar tais conceitos, é preciso frisar que entendemos o *Estado* brasileiro como sendo moldado pelas instituições que possui e pelas pessoas que o ocupam, com o interesse de garantir os interesses da classe capitalista. Essa definição de Estado difere daquela que o analisa como uma arena neutra de interesses e juiz de todas as disputas entre as classes. (POULANTZAS, 1977)

Utilizo aqui a definição de Farias (2009) para explicar o conceito de Poulantzas (1977) de *fração de classe*. O autor argumenta que existem vários sistemas de frações e que a classe dominante pode se dividir de acordo com vários aspectos – por exemplo: com relação às funções do capital, origem espacial, escala de operações, etc. Existem aglutinações em cada sistema de frações que surgem ao longo do tempo ou se cruzam em uma mesma conjuntura. Porém, o fator condicionante da predominância de uma fração sobre a outra é a política econômica do Estado. É ela que fará surgir aglutinações de frações para defenderem ou rejeitarem uma determinada medida estatal.

Utilizamos também o conceito de burguesia interna que indica:

(...) a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições antiimperialistas. (BOITO, 2005, p. 53).

O conceito formulado por Poulantzas (1977) de *bloco no poder* – tal como esclarece Boito (1999) – ressalta a união de toda classe dominante. Demonstra que mesmo com interesses diversos e por vezes divergentes a classe capitalista mantém um grau mínimo de coesão, o que a caracteriza como uma única classe. Essa ideia de unidade não elimina os conflitos gerados pela oposição de interesses das frações dessa classe pela definição da política econômica governamental.

4. Hipóteses

Através da análise do caso das grandes construtoras de obras de infraestrutura queremos comprovar a hipótese que argumenta que a transição da “era FHC” para a “era Lula” representou uma mudança importante no bloco no poder: a ascensão política da grande burguesia interna

brasileira – até então relegada a segundo plano nos governos do PSDB – e o correspondente declínio da influência do grande capital financeiro internacional e nacional nas decisões do Estado brasileiro, porém sem que este perdesse sua hegemonia. Nesse sentido, nosso estudo de caso visa analisar os impactos desse novo modelo de capitalismo neoliberal dentro/através do setor da construção pesada. O que estamos defendendo pode ser visto através da política econômica do Estado, que passou a privilegiar mais esse setor com maior disposição para investir em obras públicas, com uma melhora na política de juros e na política creditícia do BNDES, concedendo maior apoio a essas empreiteiras para disputar a obtenção de obras em outros países da América Latina, da África e do Oriente Médio, entre outros.

De forma um pouco mais pormenorizada e podemos dizer que entendemos que a implantação do modelo neoliberal alterou a situação econômica e a posição política das classes e frações em conflito. A burguesia, em seu conjunto, adere ao neoliberalismo, mas não é igualmente contemplada por essa política, é possível distinguir frações da grande burguesia que estiveram na vanguarda desse processo, que lucraram mais com ele, e outras frações que aderiram de modo relutante e perderam algo com a implantação do modelo neoliberal. Ocorreu, com a implantação do capitalismo neoliberal, um deslocamento da hegemonia da grande burguesia interna para o capital financeiro nacional e internacional. O índice dessa hegemonia é a política econômica do Estado. Essa política passou a privilegiar os interesses do capital financeiro nacional e internacional em detrimento dos interesses específicos da grande burguesia interna durante os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso. A ascensão do Governo Lula representou uma nova fase do período neoliberal, a fase de reforma do modelo, pois ocorreu uma melhora da posição relativa da grande burguesia interna no interior do bloco no poder, porém sem romper com a hegemonia do grande capital financeiro internacional e nacional.

5. Resultados Obtidos

Analisando os documentos encontrados no site da ABDIB que avaliavam a atual política econômica chegamos à conclusão que a associação concede grande apoio ao governo federal, elogiando quase todas as medidas econômicas, o que pode ser verificado se observarmos os títulos dos textos publicados em “Opinião ABDIB”. São eles: “Rodovias e ferrovias: governo acerta em apostar no investimento privado”; “O crédito privado para a infraestrutura”; “Um novo ciclo para o país e para a infraestrutura”; “O Banco Central acertou” e assim por diante.

A respeito da taxa de juros encontramos a mesma reação. A ABDIB não satisfeita em elogiar a atuação do Banco Central defende fortemente o governo contra os setores empresariais insatisfeitos com as medidas tomadas pelo governo. Como podemos ver logo abaixo.

O Banco Central acertou em agir rapidamente no sentido de reduzir os juros para tentar manter uma perspectiva razoável de crescimento da economia, sabedor que, mais cedo ou mais tarde, as conseqüências dos problemas econômicos nos países mais ricos chegarão ao Brasil com intensidade maior.

Nos últimos anos, há consenso de que o Banco Central conquistou independência na tomada de decisões, contrariando os governos e os empresários inúmeras vezes face ao objetivo maior de controlar a inflação presente e futura.

Desta vez, diante da realidade e das perspectivas no cenário interno e internacional, o BC adotou uma posição que encontrou aplausos no setor empresarial. Vejo como uma decisão técnica, tanto agora como em outras, no passado.

Na economia, os países podem sofrer tanto impactos negativos quanto positivos a partir da aplicação de medidas técnicas prudenciais ou arrojadas. O nosso banco Central estudou os indicadores e os cenários e agiu preventivamente para manter perspectivas de crescimento razoáveis para o Brasil. É isso. O resto é esquizofrenia.¹

Sobre a política de crédito – como podemos ver, por exemplo, no caso abaixo na ocasião da publicação da Lei 12.431 de incentivo ao crédito privado de longo prazo para obras de infraestrutura que determina a redução ou isenção de impostos para interessados em investir alocando recursos em títulos de projetos de infraestrutura – a associação exalta que nunca o BNDES obteve um orçamento tão grande, mas em contra partida anuncia que a infraestrutura demandará mais crédito nos próximos anos e que isso requer novas políticas creditícias para o setor.

Os números da economia mostram reforçam a importância das medidas. O Brasil tem expectativas crescentes de investimento em infraestrutura e o BNDES, historicamente a maior e principal fonte de financiamento para as obras do setor, está, hoje em dia, praticamente no limite de atuação.

Entre 2003 e 2010, o orçamento do BNDES para todos os setores econômicos cresceu, em valores correntes, de R\$ 33,5 bilhões para R\$ 168,4 bilhões. Dentro desse orçamento, a parcela destinada para financiar a infraestrutura aumentou, no mesmo período, de 27,5% para 46,0% do total. Os desembolsos para projetos de infraestrutura atingiram R\$ 77,5 bilhões, em valores correntes, contra R\$ 33,5 bilhões em 2003.

Essa expansão do crédito público para a infraestrutura acompanha a expansão dos investimentos realizados nos últimos anos. Em 2010, considerando recursos públicos e privados, o país investiu R\$ 146,5 bilhões em infraestrutura, segundo

¹ ABDIB. O Banco Central acertou. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/opiniao_abdib_detalhes.cfm?id_opiniao=248. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

dados da Abdib. Atualizados para preços de 2010, os investimentos apresentam trajetória crescente: R\$ 59,9 bilhões em 2003, R\$ 67,1 bilhões em 2004, R\$ 79,5 bilhões em 2005, R\$ 84,5 bilhões em 2006, R\$ 99,2 bilhões em 2007, R\$ 120,8 bilhões em 2008 e R\$ 131,4 bilhões em 2009.

Do outro lado, a infraestrutura demandará ainda mais crédito. Até 2015, o Brasil deve investir R\$ 922 bilhões, considerando planos e projetos em perspectiva no longo prazo, de acordo com recente levantamento da Abdib.

Esses números deixam claro que mesmo com a expansão do crédito público do BNDES para o setor (e dos recursos alocados por bancos como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) verificado nos últimos anos, é preciso identificar e atrair novas fontes de crédito de longo prazo para a infraestrutura, área indispensável para o crescimento econômico, inserção social e aumento da competitividade.

(...) Com o passar dos anos, certamente o Brasil poderá contar com um forte componente privado no financiamento das obras de infraestrutura, o que é bom para tanto para os investidores quanto para o BNDES e para o governo federal.²

Notas sobre a política externa do governo Dilma não aparecem relacionados nos textos de “Opinião ABDIB”. O que está disponível sobre o tema dentro do próprio site são uma relação de notícias breves que saíram em jornais de circulação nacional, mas ainda do período em que Lula era o presidente da república, o que não deixa de ser interessante também. Por exemplo, um artigo de 19 de maio de 2003 publicado pelo jornal *Valor Econômico* de título “BNDES financia processo de aproximação com vizinhos”:

O governo brasileiro quer usar o BNDES como instrumento econômico de sua política externa, centrada na aproximação com os vizinhos sul-americanos. A idéia é fazer do banco um meio de incrementar as relações comerciais do Brasil com o resto da América do Sul e financiar projetos que busquem integrar cadeias produtivas do país com os vizinhos, além de obras de infra-estrutura comuns.³

Outra notícia de 30 de setembro de 2008 publicada também pelo “Valor Econômico” de título “Lula espera hoje de Correa solução para o caso Odebrecht” nos mostra:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne hoje em Manaus com o presidente do Equador, Rafael Correa, com a expectativa de que ele anuncie uma solução para o impasse com a Construtora Norberto Odebrecht e que mude o tom das declarações contrárias aos interesses brasileiros, como a ameaça de

² ABDIB. O crédito privado para infraestrutura. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/opiniao_abdib_detalhes.cfm?id_opiniao=245. Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

³ ABDIB. Notícias do Dia. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/noticias_lista_detalhes.cfm?id_clipping=1906&id_topico=11&data_publicacao=19/05/2003 Acesso: 20 de dezembro de 2012.

calote ao BNDES. No fim de semana, Correa reiterou que o Equador avalia a possibilidade de não honrar parte da dívida externa e citou o empréstimo feito pelo banco de fomento brasileiro, que, segundo ele, teria "irregularidades". Na avaliação dos assessores de Lula para política externa, a ameaça ao BNDES é uma bravata sem conseqüências práticas, já que o empréstimo, de responsabilidade de uma estatal equatoriana que assumiu as obras realizadas pela Odebrecht no país, tem garantias que podem ser executadas em caso de não pagamento.⁴

A única notícia publicada no site durante o governo Dilma é do jornal "Folha de São Paulo" do dia 6 de abril de 2011, tem por nome "Quem paga a conta de Itaipu?" e diz:

Nós não podemos votar o Tratado de Itaipu apenas porque a presidente Dilma quer ser bem recebida no Paraguai. Ou porque ela não quer ferir a suscetibilidade de Lula, mantendo sua errática política externa, que esconde o desejo mitômano de ser -Lula, não o Brasil- líder regional e protagonista global. A Usina de Itaipu é monumento não só à excelência da engenharia brasileira, mas também à sabedoria dos diplomatas e à vontade madura de integração dos nossos dois povos. Especialistas em energia e juristas renomados não se cansam de elogiar o tratado original. (EDUARDO SCIARRA, deputado federal pelo DEM-PR, é vice-líder do partido na Câmara dos Deputados).⁵

O mesmo ocorre quando se fala em políticas cambiais. Não existe nenhum artigo atual que comente a respeito do câmbio, apenas notícias de outros jornais no próprio site. Como, por exemplo, a notícia do jornal "O Estado de São Paulo" do dia 4 de abril de 2012 intitulado "Governo tenta reanimar a indústria com aportes do BNDES e desoneração":

O governo anunciou ontem um pacote de ajuda para a indústria que soma R\$ 60,4 bilhões e avisou que há mais iniciativas a caminho. O pacote inclui dinheiro para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), corte de impostos para a indústria, aumento de tributo sobre importados e preferência para compra de produtos nacionais pelo governo. "O importante não são as medidas que já tomamos, mas as que ainda iremos tomar", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao comentar o que tem feito no câmbio. Apesar do volume, o pacote é um prolongamento do que o governo já vinha fazendo: desonerações pontuais e medidas para facilitar o crédito. Os empresários presentes consideraram o conjunto positivo, mas insuficiente.⁶

No que se refere às políticas públicas que beneficiam o setor, apesar de fazerem críticas

⁴ ABDIB. Notícias do Dia. Disponível em:

http://www.abdib.org.br/index/noticias_lista_detalhes.cfm?id_clipping=27811&id_topico=11&data_publicacao=30/09/2008. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

⁵ ABDIB. Notícias do Dia. Disponível em:

http://www.abdib.org.br/index/noticias_lista_detalhes.cfm?id_clipping=39593&id_topico=5&data_publicacao=06/04/2011. Acesso em: 21 de dezembro de 2012.

⁶ ABDIB. Notícias do Dia. Disponível em:

http://www.abdib.org.br/index/noticias_lista_detalhes.cfm?id_clipping=44841&id_topico=18&data_publicacao=04/04/2012. Acesso em: 14 de dezembro de 2012.

aos entraves burocráticos que segundo eles emperraram o pleno desenvolvimento do PAC, mostram-se satisfeitos com o programa governamental. A presidente Dilma sempre foi considerada a “mãe” do PAC e em um dos textos publicados a associação diz que o PAC deu visibilidade e compreensão às necessidades do setor de infraestrutura.⁷

Perseverar no PAC significa mais do que apoiar a aplicação de recursos na infraestrutura. O programa representa uma cultura que alia planejamento de médio e longo prazo com ênfase na preparação de estudos e projetos, além de debruçar os gestores públicos no acompanhamento dos fatores de riscos e na busca por soluções aos obstáculos que causam postergações e interrupções nas obras. Traz a iniciativa privada para investir em diversos projetos, por meio de concessões. Ampliado e aperfeiçoado onde necessário, o PAC contribuirá para o Brasil ter um crescimento sustentável, com taxas mais elevadas e de forma perene - como vem fazendo desde janeiro de 2007.⁸

Não há sombra de dúvida que a ABDIB vê com muito bons olhos o governo Dilma e obviamente só o vê com bons olhos porque se sente contemplada em suas políticas econômicas, tanto na questão da redução dos juros, bem como nas políticas de crédito feitas pelo BNDES, como no PAC, na concessão dos aeroportos e rodovias, etc. Todas as vezes que critica o governo é sempre ressaltando as “vitórias” obtidas por ele e cobrando mais investimentos para o setor. Em uma nota emitida na ocasião da eleição da presidente Dilma, a associação com ares de quem já sabe que será contemplada pelo governo vencedor, declara abertamente apoio e suas expectativas para o mandato de Dilma.

A infraestrutura, não por acaso, certamente está na pauta de prioridades do novo governo. Nenhuma nação conseguiu atingir patamares de bem-estar social e desenvolvimento econômico de forma sustentável sem investimento maciço em energia, transportes, saneamento básico e telecomunicações. O Brasil precisa acelerar investimentos e contar com a variedade de fontes de recursos, públicas e privadas, para prover acesso e atendimento a serviços de infraestrutura com qualidade e em quantidade suficiente.

No enfrentamento dessa pauta, e principalmente no que se refere a infraestrutura, a nova presidente terá o apoio e a cooperação desta casa, fundada em 1955 e que, desde então, vem contribuindo com análises e propostas para a expansão e a modernização da infraestrutura e das indústrias de base no Brasil. A Agenda da Infraestrutura 2011 - 2014, documento elaborado pela Abdib, foi idealizada para servir como uma verdadeira agenda positiva para o crescimento brasileiro.

⁷ ABDIB. Evolução do PAC ganha ritmo na medida em que soluções institucionais entram em vigor. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/opiniao_abdib_detalhes.cfm?id_opiniao=263. Acesso: 19 de dezembro de 2012.

⁸⁸ ABIB. Uma análise do PAC, quatro anos depois. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/opiniao_abdib_detalhes.cfm?id_opiniao=240. Acesso em: 17 de dezembro de 2012.

Desafios e prioridades na infraestrutura não faltam, obstante os avanços obtidos nos últimos anos. A Abdib, que habitualmente oferece aos gestores públicos sugestões e propostas para o desenvolvimento do setor e a expansão dos investimentos, enxerga que uma das mais importantes ações será organizar financiamento e instrumentos de garantia de longo-prazo em condições competitivas e volume suficiente de forma que seja possível suportar os pesados investimentos em infraestrutura em andamento, previstos e planejados para o país.

A agenda positiva da infraestrutura remete também à necessidade do Brasil consolidar o ambiente regulatório, com regras claras, estáveis e atrativas aos investidores, com segurança jurídica e agências reguladoras eficientes, independentes e autônomas. Com essa plataforma, solidifica-se o caminho para que o Brasil possa prosseguir e avançar com as concessões nos mais variados mercados de infraestrutura, de forma que haja planos e projetos de investimentos atrelados a indicadores de qualidade e eficiência fiscalizados e regulados por agências reguladoras. Nos setores nos quais esse modelo foi adotado, as condições de acesso e de atendimento melhoraram, as receitas tributárias cresceram e os gargalos ao crescimento econômico foram reduzidos.⁹

É interessante notar que até agora grande parte das demandas reunidas nesse texto que comentamos foram atendidas. Como melhores condições de crédito privado; a demanda por agências reguladoras eficientes e autônomas (do ponto de vista deles) parece ser atendida também, pois são justamente essas qualidades que eles têm ressaltado nas últimas atuações do Banco Central; o pedido pela concessão de aeroportos e rodovias também foi atendido; etc.

Depois de constatar que as atuais políticas econômicas governamentais beneficiam as grandes empresas de obras de infraestrutura e que elas fazem uma avaliação positiva de tais medidas – mas não satisfeitas – e que prestam apoio a este governo, selecionamos no ranking de 2012 das maiores empresas da construção pesada no Brasil (elaborado pela revista “O Empreiteiro”) as 15 maiores empresas do ramo. São elas:

- | | | |
|-----------------------|----------------------|------------------------|
| 1) Norberto Odebrecht | 6) Delta Construção | 11) Wtorre Engenharia |
| 2) Camargo Corrêa | 7) Galvão Engenharia | 12) Schahim |
| 3) Andrade Gutierrez | 8) Construcap | 13) Método Engenharia |
| 4) Queiroz Galvão | 9) Mendes Júnior | 14) Egesa |
| 5) OAS | 10) A.R.G | 15) Carioca Engenharia |

⁹ ABDIB. Um novo ciclo para o país e para a infraestrutura. Disponível em: http://www.abdib.org.br/index/opiniao_abdib_detalhes.cfm?id_opiniao=238. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

Apenas quatro dessas empresas não fazem parte da associação que investigamos e cinco delas possuem membros na diretoria da ABDIB.

A ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), como o próprio nome já anuncia, não se trata de uma associação apenas de construtoras, mas uma associação de grandes empresas de vários setores com o interesse em comum de demandar mais investimentos para tudo que se relaciona à infraestrutura do país. O interessante dessa associação é que ela ilustra bem a nossa hipótese da “grande burguesia interna” – setor da burguesia que mantém uma posição intermediária entre o capital financeiro internacional e a burguesia nacional – pois ela abriga empresas como Petrobrás, Alupar, Itaú BBA, Vale, Sabesp, CPFL, Chevron, etc.

De acordo com o ranking elaborado pelo jornal *Valor Econômico*, todas as quinze empresas relacionadas acima são brasileiras. Porém, descobrir essa informação não bastava. Era preciso saber se essas empresas possuíam capital externo e no caso da resposta ser afirmativa se essas ações eram ordinárias ou preferenciais.

Obter essas informações foi algo extremamente difícil, mas por fim descobrimos dois sites que solucionaram o problema. O primeiro site, o *Proprietários do Brasil*¹⁰, possui um ranking que relaciona as empresas mais poderosas do país com o intuito de mostrar que o capitalismo no Brasil tem nome, sobrenome e endereço.

O ranking foi elaborado a partir da construção de um sistema de informação inédito que mede o poder econômico não apenas por meio da receita destas empresas, mas também do controle, da propriedade sobre ações ordinárias (com direito a voto) que uma empresa possui de outras empresas e o quanto isso aumenta sua capacidade de influenciar os investimentos do Estado brasileiro.¹¹

Com essas informações divulgadas no ranking foi possível fazer uma busca pelas empresas selecionadas e encontrar a informação que precisávamos: as empresas/ pessoas que possuem ações ordinárias dessas construtoras e por quem essas construtoras são controladas. Entretanto, nem sempre era óbvio identificar através da nomenclatura das empresas acionistas se elas eram brasileiras ou não. Dessa forma, foi preciso utilizar outro site que nos desse essa informação, o *Econoinfo*¹². Explicadas as dificuldades e o método utilizado para obter tais informações passemos aos resultados.

¹⁰ Disponível em: <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/>. Acesso: 15 de janeiro de 2013.

¹¹ Disponível em: <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/>. Acesso: 27 de janeiro de 2013.

¹² Disponível em: <http://www.econoinfo.com.br/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.

A **primeira** construtora a ser analisada, a **Odebrecht**, como podemos ver na imagem logo abaixo, está envolvida apenas com empresas e pessoas de nacionalidade brasileira. Todas as pessoas envolvidas são predominantemente membros das famílias Odebrecht e Peltier Queiroz e em menor número da família Grandin.

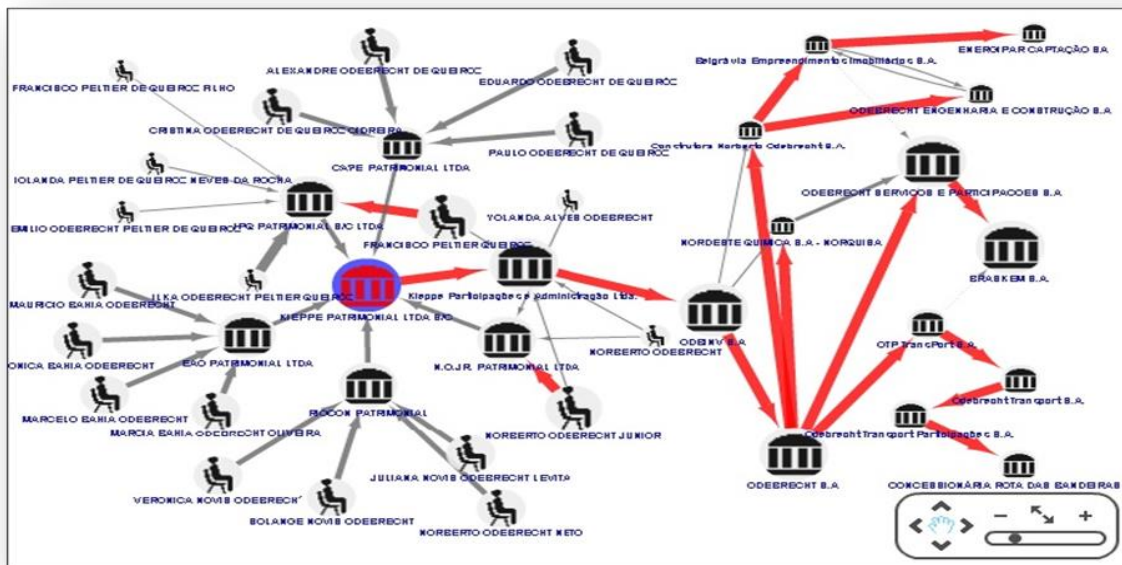


Figura 1- Fonte: Proprietários do Brasil

A Odebrecht S.A (a holding da organização) tem 100% da Construtora Norberto Odebrecht S.A. Essa holding é controlada pela ODBINV S.A que tem como acionistas a GRAAL Participações LTDA (12,25%) e a Kieppe Participações e Administração LTDA (84,58%), que por sua vez é controlada pela Kieppe Patrimonial LTDA, a controladora última e que está na 17º posição no Ranking Proprietários do Brasil.

No **segundo** caso, a **Camargo Corrêa**, também está envolvida apenas com empresas brasileiras. A Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S/A é controlada pela Camargo Corrêa S/A que é controlada pela Participações Morro Vermelho S/A, controladora última com posição de 26º no ranking, como vemos na figura abaixo.

A Construtora **Queiroz Galvão** na **quarta** posição é 100% controlada pela Queiroz Galvão S/A (226º lugar no Ranking proprietários do Brasil) como podemos ver na figura abaixo. Todos os membros pertencem à mesma família e todos têm nacionalidade brasileira.

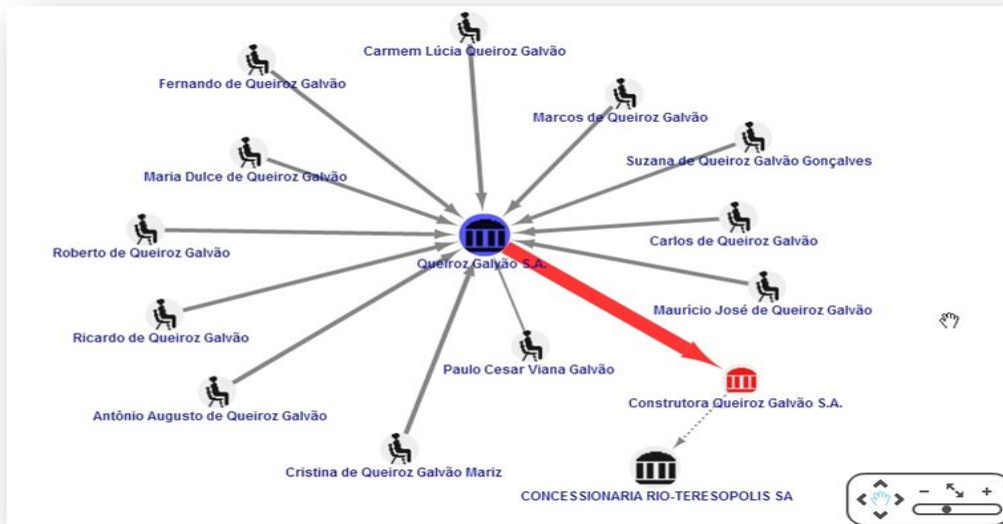


Figura 4-Fonte: Proprietários do Brasil

Na **quinta** posição temos a **Construtora OAS Ltda** que é 100% controlada pela OAS S.A que por sua vez é controlada pela CMP Participações Ltda que detém 98,78% da ações ordinárias. A LP Participações detém os 1,22% restantes da OAS S.A. Todas as empresas e pessoas envolvidas são brasileiras. Segue a ilustração abaixo.

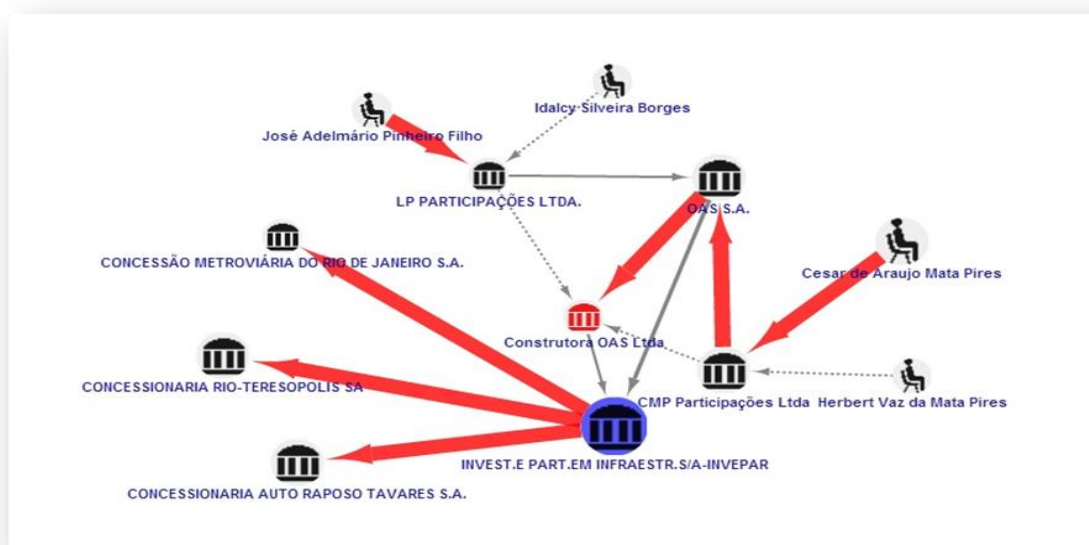


Figura 5-Fonte: Proprietários do Brasil

Na **sexta** posição temos a **Delta S/A** que não aparece relacionada no ranking feito pelo site *Proprietários do Brasil* e nem no site *Econoinfo*. Tentamos buscar essas informações em seu site, mas não havia nenhuma informação do tipo.

Em **sétimo** lugar temos a **Galvão Engenharia** que apresenta o mesmo problema que a construtora anterior, porém foi possível descobrir em seu site que ela é uma empresa de capital fechado com controle familiar.

Na **oitava** posição, a **Construcap S/A** apresenta o mesmo problema, não sendo possível identificar essa informação em seu site apesar da companhia possuir capital aberto e ser obrigada por lei a divulgar informações como essa.

A **Mendes Junior Engenharia S.A** que está na **nona** posição, como mostra a figura abaixo, é controlada pela Edificadora S.A que tem 96,42% das ações ordinárias da empresa. A Edificadora S.A é 100% controlada pela Mendes Junior Participações S.A- Mendepar, controladora última que ocupa o 376º lugar no Ranking Proprietários do Brasil. Todos os envolvidos são da mesma família e brasileiros.

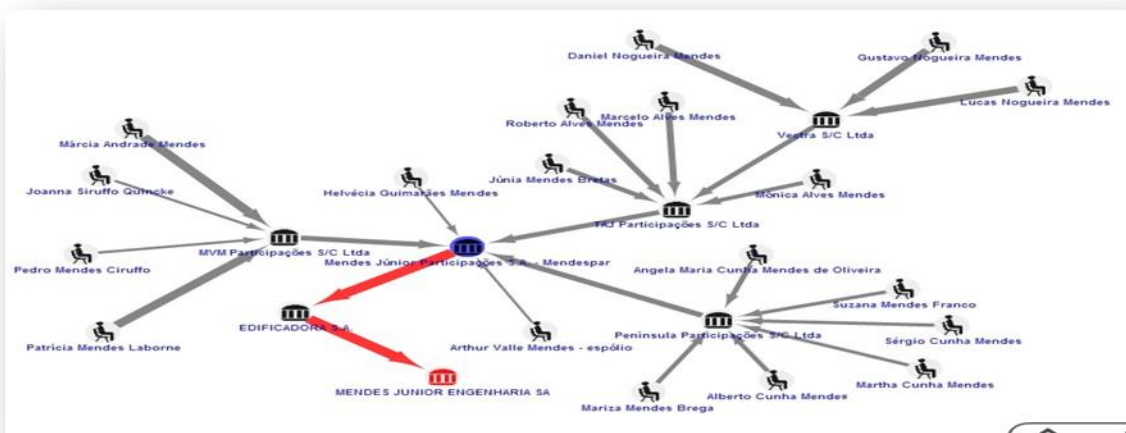


Figura 6-Fonte: Proprietários do Brasil

Na **décima** posição vem a construtora **A.R.G** que não aparece também no ranking e que também não divulga esse tipo de informação em seu site.

Em **décimo primeiro** temos a **Wtorre S.A**, onde a WSPMG Participações Ltda tem 98,17% das ações (todos os acionistas dela possuem o sobrenome Torre) e a MLP Participações Ltda (todos membros da família Marques Gillet) com 1,83% como mostra a figura abaixo.

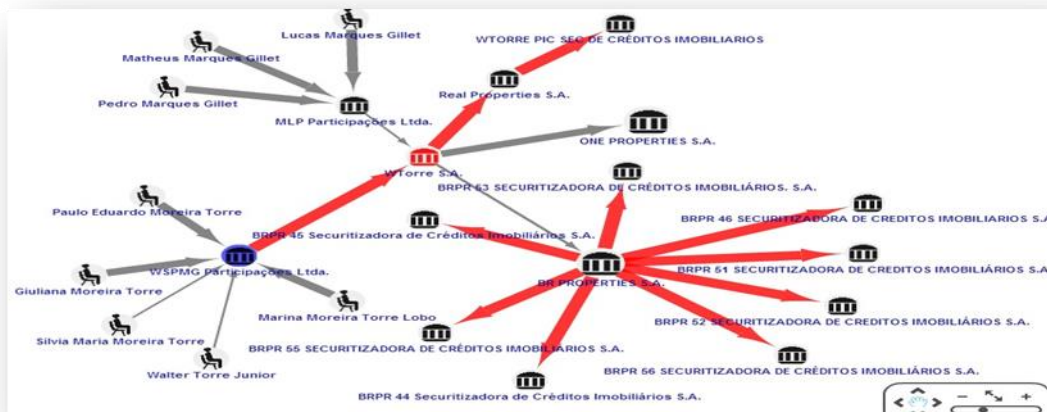


Figura 7-Fonte: Proprietários do Brasil

Na **décima segunda** posição a construtora **Schahin** também não divulgou seus dados.

A brasileira **Método Engenharia S/A**, na **décima terceira** posição, aparece como controladora última.

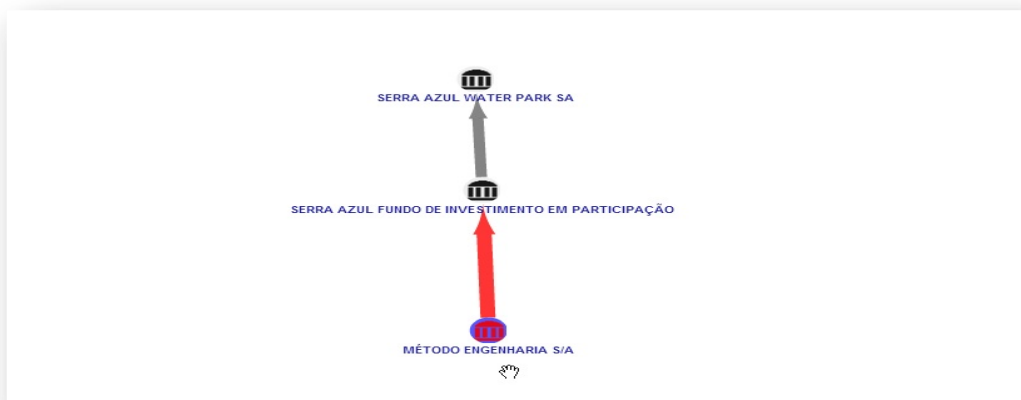


Figura 8-Fonte: Proprietários do Brasil

Na **décima quarta** posição, a **Egesa S/A**, não divulga essas informações. O mesmo ocorre com a **Carioca Engenharia** em **décimo quinto** lugar.

Ou seja, das quinze empresas relacionadas seis não divulgam essas informações, apesar de serem obrigadas por lei, já que são companhias de capital aberto. Todas as outras empresas relacionadas são de capital aberto também e todos os seus acionistas são de nacionalidade brasileira e em grande parte dos casos são membros de uma mesma família.

Investigadas quanto ao tipo de capital empregado nelas e verificado o predomínio de capital nacional, passamos para uma nova etapa: verificar se existia conflito/disputa entre as construtoras nacionais e estrangeiras pelas obras públicas. Para melhor explorar esse assunto escolhemos o caso da licitação do trecho norte do Rodoanel, onde construtoras espanholas arrebanharam quatro dos seis lotes da obra.

A forte crise econômica que a Europa vive no momento levou, conseqüentemente, à diminuição de obras públicas nesses países, dessa forma as construtoras europeias têm buscado novas oportunidades em países como o Brasil que vivem um período de incremento das obras públicas. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*¹³ essas construtoras europeias já somam contratos de mais de R\$ 10 bilhões.

O *Estado de São Paulo* nessa reportagem aponta que esses fatos têm incomodado as construtoras brasileiras. Afirma que:

A presença de construtoras estrangeiras no País, no entanto, já desperta mal-estar entre as empresas nacionais. "Algumas estão praticando preços muito baixos e, no fim, não vão entregar o que prometeram", afirma o presidente da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop), Luciano Amadio.¹⁴

Apesar dessa declaração não achamos documentos oficiais dessas associações de obras de infraestrutura comentando o caso. A reportagem citada acima é uma exceção.

É possível também que essa “falta” de reação adversa seja reflexo dos consórcios que foram firmados. Segundo o site do *GI* de São Paulo¹⁵, dessa licitação que foi dividida em seis lotes o primeiro ficou a cargo do consórcio Mende Junior/ Isolux Corsán (brasileira e espanhola) no valor de R\$ 647.611.591,06. O segundo e o terceiro ficaram com a OAS (brasileira) e somam R\$ 604.170.644,64 e R\$ 601.140.442,61. O quarto lote será da Acciona (espanhola) que receberá R\$ 788.021.820,59. O quinto lote será responsabilidade de outro consórcio entre Construcap e Copasa (brasileira e espanhola) por R\$ 646.340.371,22. E por fim, o sexto lote também de responsabilidade da espanhola Acciona integra um total de R\$ 619.219.894,43.

As empresas brasileiras – em face dessas construtoras estrangeiras que têm entrado no mercado com grande conhecimento técnico especializado e instrumental técnico de alto padrão –

¹³ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,crise-europeia-e-boom-de-licitacoes-atraem-construtoras-estrangeiras,141958,0.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.

¹⁴ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,crise-europeia-e-boom-de-licitacoes-atraem-construtoras-estrangeiras,141958,0.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/obra-do-trecho-norte-do-rodoanel-de-sp-custara-r-39-bilhoes.html>. Acesso em: 3 de março de 2013.

sem poder concorrer de igual para igual podem estar se aproveitando para ganhar mais expertise e abocanhar uma fatia dessas obras que seja, já que as leis brasileiras as protegem da concorrência internacional. É algo que precisa ser melhor investigado e que poderíamos sanar com entrevistas com alguns dos presidentes dessas associações.

Depois de avaliar os interesses e a opinião da construção pesada sobre a política econômica do governo, as medidas protecionistas do governo que beneficiam o setor e a fisiologia dessas empresas de obras de infraestrutura, resolvemos fazer um balanço da avaliação que o Caderno Econômico do jornal *O Estado de São Paulo* faz da política econômica do governo. O intuito era analisar se a opinião desse jornal estava em acordo ou em desacordo com os interesses da construção pesada.

Para desempenhar essa tarefa tivemos que enumerar quais medidas esse setor defende e apoia. São elas típicas do neodesenvolvimentismo e incluem basicamente o financiamento público a juro subsidiado, redução da taxa básica de juro, depreciação cambial, subsídio fiscal para o setor produtivo, ênfase nas relações com os países do hemisfério sul na política externa, entre outros.

Foi difícil encontrar matérias que opinassem diretamente sobre a política econômica do governo para esse setor. Desse modo, uma saída foi tentar observar se o jornal está de acordo com as atuais medidas econômicas que acabam por beneficiar o setor (e a burguesia interna) ou se as medidas econômicas que ele defende são diametralmente opostas.

O primeiro item a ser observado foi a **taxa de juro**. Para o setor da construção pesada – como já dissemos antes – e para toda a burguesia interna pelo que me parece, interessa a redução da taxa básica de juro. O que é sistematicamente atacado pelo jornal. Toda vez que a presidência sinaliza algo do tipo as diversas reportagens fazem terrorismo com o risco da inflação. Celso Ming em artigo intitulado “Desarrumação”¹⁶ ao se referir à inflação argumenta: “A economia brasileira está sob processo implacável de desarrumação (...). Tão ou mais preocupante, o governo não se dispõe a combater a inflação com a arma mais poderosa que possui, que é a política monetária (política de juros).” Essa defesa da elevação da taxa básica de juro beneficia apenas os grupos financeiros nacionais e o capital financeiro internacional.

¹⁶ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,desarrumacao-1016365,0.htm>. Acesso em 1 de abril de 2013.

Passemos agora à **política cambial**. Para o setor da construção pesada – como vimos acima – importa a depreciação cambial. Todavia, o mesmo jornalista, Celso Ming, ao opinar sobre a denúncia do ministro da Fazenda¹⁷, Guido Mantega, sobre a guerra cambial provocada pela desvalorização artificial das moedas fortes feita pelos bancos centrais dos EUA, Japão e Banco Central Europeu que tira a competitividade dos produtos dos países periféricos diz nas entrelinhas – pelo tom de seu texto – que aprova essas medidas, pois seriam benéficas. No último parágrafo de seu texto diz: “Segue-se, no entendimento dos dirigentes dos países ricos, que trabalhar contra essas políticas, como está no comunicado dos Brics, é trabalhar contra a recuperação da economia mundial”.

Na questão da boa **relação com os países do hemisfério sul** tão cara à construção pesada, uma reportagem não assinada é a mais clara de todas. De título “O mundo gira sem mercosul”¹⁸ trata de uma reunião bilateral da presidente Dilma com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. A pauta da reunião seria a revisão do acordo automotivo assinado em 2000 entre os dois países, o anúncio de novas concessões com a participação do BNDES no financiamento de obras de infraestrutura, a abertura de uma cota para importação de camarões argentinos e a dificuldade da Vale para executar um projeto de exploração de potássio na Argentina. Os comentários foram: “O governo argentino pretende arrancar mais vantagens do Brasil...”, “A nova esperteza argentina é mais uma comprovação do erro cometido pelo governo petista, há dez anos, quando optou por um regionalismo ingênuo inspirado em bandeiras terceiro-mundistas.”, “Em toda prorrogação foram fixados novos benefícios para o lado argentino...”, “Há vários anos o governo brasileiro vem moldando boa parte de suas decisões estratégicas de acordo com os interesses definidos em Buenos Aires..”, “ Para Jeffrey Scott, do Peterson Institute for International Economics, o Brasil errou tanto na Rodada de Doha, ao se aliar à Índia e à China, como na agenda bilateral, amarrada ao Mercosul. Os fatos, até, agora, confirmam esse diagnóstico.”

Sobre a questão do **aumento em infraestrutura** indispensável ao setor em questão o jornal “O Estado de S. Paulo” aponta para a direção de cobrar mais investimentos, porém de forma nebulosa aparenta defender interesses distintos das grandes construtoras brasileiras de obras de infraestrutura ao discordar dos critérios, prioridades e planejamentos feitos pelo governo. Pode ser que esteja fazendo referência às medidas que dão prioridade às empresas

¹⁷ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,guerra-negada-,1014839,0.htm>. Acesso em : 18 de março de 2013.

¹⁸ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-mundo-gira-sem-o-mercosul-,1007616,0.htm>. Acesso: 27 de março de 2013.

brasileiras em detrimento das estrangeiras. Disponibilizamos abaixo o trecho da matéria “Da ilha da fantasia à ilha do tesouro” assinada por Rolf Kuntz que fazemos referência.

O investimento tem sido especialmente fraco na infraestrutura. No setor rodoviário, mal tem sido suficiente para a manutenção de um sistema de baixa qualidade. De modo geral, é preciso fazer muito para ampliar e modernizar toda a área de transportes e para isso o governo lançou um programa de logística. A intenção é correta, mas prioridades e critérios são discutíveis e o planejamento, como tem sido normal há vários anos, continua muito abaixo das intenções. A mesma observação vale para os demais componentes da infraestrutura. Não se pode atribuir a um simples capricho do mercado a desvalorização da Eletrobrás. Os investidores são capazes de reconhecer um desastre, como reconheceram no caso da Petrobrás, depredada por um intervencionismo desastroso.¹⁹

E mais:

Mas o governo precisa, no mínimo por interesse eleitoral, desencadear uma onda de investimentos e, de modo especial, promover a aplicação de grandes capitais em infraestrutura. Se o esforço der certo, o País terá condições de sair do atoleiro e ganhar impulso para crescer por alguns anos.

Para isso o governo anunciou um programa de US\$ 235 bilhões para fortalecimento da infraestrutura e saiu em busca de interessados tanto no Brasil quanto no exterior. Na apresentação em Nova York, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, teve de ouvir perguntas sobre assuntos aparentemente estranhos ao programa: os investidores potenciais estavam interessados em temas como educação e formação de mão de obra, inflação e outros aspectos básicos da gestão pública. O ministro e vários colegas de governo têm sido forçados a afirmar repetidamente um compromisso prioritário com o combate à inflação e com o controle das contas públicas. Por que haverá tantas dúvidas?²⁰

Sobre as políticas de **financiamento do BNDES** a vários setores entre eles a construção pesada, o jornal critica a atuação do banco em sua política de financiamento, bem como a criação dos “campeões nacionais” e ainda aproveita para tecer críticas sobre outros assuntos como a renovação das concessões do setor elétrico, a gestão da Petrobrás, as mudanças na questão dos portos brasileiros e o PAC na mesma matéria:

Nada mais natural que a hesitação dos investidores, depois de uma longa e assustadora história de trapalhadas bem conhecidas. Não há como esquecer de um dia para outro a polêmica renovação das concessões do setor elétrico, a questão dos portos sujeitos a regimes e direitos diferentes e os danos causados à Petrobrás por uma gestão politizada. Pode-se alongar a lista com a atuação discutível do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empenhado na criação

¹⁹ Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/rolf-kuntz/2013/03/06/da-ilha-da-fantasia-a-ilha-do-tesouro/?doing_wp_cron=1364995335.5861608982086181640625. Acesso em: 28 de março de 2013.

²⁰ Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/rolf-kuntz/2013/03/06/da-ilha-da-fantasia-a-ilha-do-tesouro/?doing_wp_cron=1364995335.5861608982086181640625. Acesso em: 28 de março de 2013.

de “campeões nacionais”, envolvido em maus investimentos e dedicado a ações de escasso ou nenhum valor estratégico.²¹

E ainda:

Confiança é um ativo precioso e é preciso mantê-lo tão cuidadosamente quanto os equipamentos de um avião. Mas o governo, embora pareça perceber o problema, insiste nas soluções mágicas e voluntaristas, numa reação tipicamente brasiliense. Conhecida há muito tempo como Ilha da Fantasia, um recanto feliz e distante da realidade nacional, Brasília pode tornar-se famosa também como Ilha do Tesouro. A fantasia continua, porém agora turbinada pela imagem de um cofre maravilhoso, capaz de capitalizar mais uma vez o BNDES, adiantar receita a quem investir em ferrovias, transferir fundos para bancos financiarem a infraestrutura, socorrer distribuidoras de eletricidade, conceder mais desonerações a setores escolhidos e levar adiante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).²²

Dessa forma fica claro que o Caderno Econômico do jornal “O Estado de S. Paulo” não defende a mesma proposta do setor da construção pesada, conseqüentemente de toda burguesia interna. Tal jornal se aproxima mais do programa dos grandes grupos financeiros nacionais e do capital financeiro internacional.

6. Conclusões

Não há sombra de dúvida que a ABDIB vê com muito bons olhos o governo Dilma e só o enxerga assim porque se sente contemplada em sua política econômica: tanto na questão da redução dos juros, bem como nas políticas de crédito feitas pelo BNDES, como no PAC, na concessão dos aeroportos e rodovias, na demanda por agências reguladoras eficientes e autônomas (do ponto de vista da associação), etc. Todas as vezes que critica o governo é sempre ressaltando as “vitórias” obtidas por ele e cobrando mais investimentos para o setor. Fica claro também que o Caderno Econômico do jornal “O Estado de S. Paulo” não defende a mesma proposta do setor da construção pesada, conseqüentemente de toda burguesia interna. Tal jornal se aproxima mais do programa dos grandes grupos financeiros nacionais e do capital financeiro internacional. Outro fato importante é a constatação de que as maiores construtoras atuantes no Brasil possuem capital de origem brasileira.

Desse modo, os resultados (dados e documentos) que encontramos até agora justificam nossa hipótese de que a construção pesada faz parte da denominada burguesia interna e que teve, com a ascensão dos governos petistas, sua posição elevada dentro do bloco no poder.

²¹ Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/rolf-kuntz/2013/03/06/da-ilha-da-fantasia-a-ilha-do-tesouro/?doing_wp_cron=1364995335.5861608982086181640625. Acesso em: 28 de março de 2013.

²² Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/rolf-kuntz/2013/03/06/da-ilha-da-fantasia-a-ilha-do-tesouro/?doing_wp_cron=1364995335.5861608982086181640625. Acesso em: 28 de março de 2013.

Porém devemos lembrar que nossa pesquisa ainda encontra-se em desenvolvimento. Pensamos como desenvolvimento futuro realizar entrevistas com atores centrais do setor da construção pesada, tais como diretores de associações e empresários do setor com o intuito de comparar o discurso dessas figuras com a documentação produzida por essas entidade e retirar as dúvidas que nos restaram, como por exemplo, a relação conflito ou não entre as empreiteiras nacionais e internacionais.

7. Bibliografia

BOITO Jr, Armando. A Burguesia no Governo Lula. *Revista Crítica Marxista*. Campinas, n. 21, p. 52-76, nov./2005.

BOITO Jr, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã , 1999.

FARIAS, Francisco Pereira de. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 81-98, nov./2009.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.